

Prefeitura decreta situação de emergência em Salvador

LÍCIO FERREIRA
REPÓRTER

O prefeito ACM Neto anunciou na tarde de ontem (18), em coletiva no Palácio Thomé de Souza, que publica hoje o decreto de situação de emergência em Salvador em função do coronavírus. Com essa medida, a Prefeitura poderá, de forma segura, contratar serviços, comprar insumos e equipamentos de maneira mais ágil, eliminando a burocracia, para enfrentar o Covid-19. Além disso, ACM Neto determinou o fechamento dos shoppings pelo período de 15 dias, contados a partir deste sábado (21), com exceção de clínicas médicas que funcionam dentro desses estabeleci-

mentos.

"Avaliamos a possibilidade de redução da jornada de trabalho dos shoppings, mas entendemos que agora a medida tem que ser mais dura e a decisão é de fechamento completo deles e dos centros comerciais. Essa medida tem a concordância dos dirigentes desses estabelecimentos e dos lojistas", anunciou ACM Neto, que participou da coletiva ao lado do vice-prefeito Bruno Reis, do secretário municipal de Saúde, Leo Prates, do presidente da Câmara de Vereadores, Geraldo Júnior, e outras autoridades municipais.

O prefeito lembrou que haverá fiscalização das novas determinações por parte da força-tarefa, que começou a atuar hoje em relação ao decreto de fechamento de escolas e universidades,

academias, parques e espaços culturais como cinemas e teatros. "Percebemos que praticamente todo mundo que fiscalizamos hoje (até o momento da coletiva foram 129 visitas da força-tarefa) está respeitando as determinações e colaborando com a Prefeitura. Mas vamos acompanhar isso com rigor".

O Mercado Modelo e o Elevador Lacerda, equipamentos administrados pela Prefeitura, também terão as atividades interrompidas por tempo indeterminado a partir deste sábado, assim como os serviços de atendimento ao cidadão que não sejam essenciais, a exemplo do SIMM e das Prefeituras-Bairro. Unidades de saúde e espaços geridos pela Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza (Sempre) seguem funci-



ACM NETO anunciou na tarde de ontem (18), em coletiva no Palácio Thomé de Souza, que publica hoje o decreto de situação de emergência

onando normalmente.

"Se houver pendências de cidadãos nesses órgãos de atendimento com vinculação de prazos, esses prazos também serão suspensos, para que ninguém seja penalizado. Além disso, algumas repartições também terão funcionamento parcial, com a dispensa temporária de colaboradores, e os estagiários estão dispensados de ir ao trabalho", acrescentou ACM Neto.

Colchões e remédios - O prefeito também anunciou

que o Executivo municipal vai comprar e doar colchões, materiais de limpeza e cestas básicas para 47 instituições que cuidam de idosos na cidade. O objetivo é auxiliar essas entidades junto ao público considerado de risco. "Estima-se que dois mil idosos estão abrigados nessas instituições e serão beneficiados com essa medida", declarou.

ACM Neto disse ainda que a Prefeitura vai comprar, em caráter emergencial, os itens Equipe e Tamiflu - o primeiro é um equipamento que auxilia na infusão de

medicamentos e o segundo é um remédio combate sintomas da gripe. "Também estamos ampliando a validade das receitas pelo SUS, que antes tinham prazo de seis meses e agora serão oito meses. Autorizamos também que qualquer pessoa portadora dos documentos necessários pode retirar medicamento de terceiros na rede pública, o que é fundamental para garantir que os mais idosos não saiam de casa".

Vacinação - Outra medida na área de saúde anunciada por ACM Neto é a antecipação, em Salvador, da campanha nacional contra o H1N1 e a Influenza, que começa na próxima segunda-feira (23). A prioridade na vacinação será para idosos acima de 65 anos e trabalhadores da área da saúde.

Outras medidas - ACM Neto informou que nesta quinta-feira (19) outras medidas serão anunciadas, inclusive em relação às praias, que poderão ser fechadas. "Essas medidas não significam férias. Ou seja, não adianta deixar de ir trabalhar ou estudar para se deslocar à praia. As pessoas devem ficar em casa, se proteger, cuidar da família. Precisamos do apoio de todos", reforçou o prefeito.

CORONAVÍRUS

Vereadora pede que tramitação da Previdência seja suspensa



A VEREADORA Marta Rodrigues pediu, ontem, que a Câmara de Salvador suspenda a tramitação da reforma da Previdência

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

Da bancada de oposição, a vereadora Marta Rodrigues (PT) pediu, ontem, que a Câmara de Salvador suspenda a tramitação da reforma da Previdência, que foi encaminhada pelo prefeito ACM Neto (DEM) a Casa. Na avaliação dela, com o surto do coronavírus, a presença da população e de servidores do Legislativo fica inviabilizada.

"Já recebi diversos ofícios (de sindicatos) pedindo a nossa compreensão de não tramitar o projeto neste período. O projeto que eu falo é o da reforma que está na Câmara, porque inviabiliza os servidores e a população

em geral (de participar). (E também) para que a gente tenha condições de apresentar emendas e fazer o bom debate", declarou a petista, durante discurso. Questionado pela **Tribuna** se a Casa pode suspender a tramitação, o presidente da Câmara, Geraldo Júnior (SD), afirmou que "por en-

quanto ainda não".

O PROJETO

O prefeito ACM Neto tem dito que a reforma da Previdência deve cobrir 40% do rombo previdenciário da gestão municipal que chega aos R\$ 7 bilhões. "Tenho obrigação de olhar para o futuro do servidor e garantir que a prefeitura vai ter dinheiro para pagar aposentadorias e servidores da ativa", afirmou o democrata, antes de enviar à matéria para a Câmara.

Segundo ele, a proposta é mais leve em relação às reformas do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e governador Rui Costa (PT). "Não teremos um ponto sequer que seja mais danoso ou grave do que foi aprovado em Brasília e na Assembleia

Legislativa (da Bahia)", garantiu o prefeito. "Tivemos a preocupação de só estabelecer a tributação para servidores que ganham a partir de quatro salários mínimos. A alíquota de contribuição será de 14%. Não vamos trabalhar com a faixa de 15% com a qual trabalhou o estado, nem a contribuição progressiva, proposta pela União, que pode chegar a 22%", detalhou Neto.

O prefeito disse ainda que um fundo próprio da Previdência será criado e terá quase R\$ 1 bilhão, por meio de capitalização de recursos próprios da prefeitura. "Não estamos fazendo uma simples reforma legal, estamos propondo um novo programa previdenciário para a cidade", salientou.

Coronavírus

Na avaliação dela, a presença da população e de servidores fica inviabilizada.

Alice Portugal defende a suspensão de demissões no Brasil

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

Durante reunião da comissão externa que analisa ações preventivas ao coronavírus no Brasil, na Câmara Federal, a deputada Alice Portugal (PCdoB) defendeu a suspensão de demissões de trabalhadores no país. Além disso, ela cobrou a revogação do teto de gastos, que retirou recursos da saúde pública, e a ampliação do prazo de filiação para candidatos a vereadores e prefeitos para as eleições municipais deste ano.

Alice voltou a cobrar a demissão do diretor-

presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Antônio Barra Torres, que acompanhou Bolsonaro em ato pró-governo, em Brasília, contrariando todas as regras e orientações da própria agência para controlar a propagação do vírus. "O ministro da Saúde tem sido proativo, mas

Medidas

Alice cobrou a revogação do teto de gastos, que retirou recursos da saúde pública.

temos visto outros exemplos que não devem ser seguidos. O presidente da Anvisa falhou nas regras. Ele deveria ter coibido o presidente de participar da manifestação. Ele não tem condições de coordenar esse órgão num momento tão necessário num momento de pandemia", afirmou. Sobre a suspensão das demissões, Alice sugeriu que as companhias concessionárias de energia elétrica, telefone, água e saneamento façam uma dedução das contas fixas das pequenas e médias empresas com o compromisso delas não demitirem seus funcionários. "Os pequenos e médios empresários vão que-



A DEPUTADA Alice Portugal defendeu a suspensão de demissões de trabalhadores no país

brar. Como um empresário vai pagar a conta de luz se sua lanchonete está fechada? Agora é a hora da contrapartida social", defendeu a parlamentar. A deputada ainda sugeriu que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) amplie o prazo de filiação, que termina em 4 de abril.

A comissão externa

que discute ações preventivas contra o avanço do coronavírus no Brasil decidiu encaminhar duas sugestões ao Poder Executivo: uma sobre o fechamento das fronteiras do País e outra para que o álcool em gel passe a fazer parte da cesta básica e o preço do produto caia.

O coordenador da

comissão, deputado Dr. Luiz Antônio Teixeira Jr. (PP-RJ), também destacou a demanda por uma ajuda financeira aos trabalhadores informais que vão ficar sem renda durante o período de isolamento social.

"O nível de informalidade no nosso país é altíssimo, pessoas hoje que estão sem seus empregos formais e que não vão poder trabalhar. Então, de que forma a gente pode apoiar essas pessoas? É uma questão específica porque o País enfrenta uma epidemia. O que a gente quer é que a população efetivamente cumpra as regras e possa ficar em casa, para vencer essa fase", disse o deputado.

Solla pede à Justiça que proíba "festinha" de Bolsonaro



JORGE Solla ingressou com uma ação na Justiça Federal com pedido de medida cautelar que proíba Jair Bolsonaro de realizar a "festinha" prometida

O deputado federal Jorge Solla (PT) ingressou com uma ação na Justiça Federal com pedido de medida cautelar que proíba o presidente Jair Bolsonaro de realizar a "festinha" prometida, em entrevista nesta manhã, para comemorar o seu aniversário, no sábado (21). O petista baiano pede que seja fixada uma multa de R\$ 1 milhão em caso de descumprimento de decisão judicial. Em entrevista à Rádio Tupi, Bolsonaro disse: "Vai ter uma festinha tradicional aqui, né. Até porque eu faço aniversário no dia 21 e a minha esposa no dia 22. São dois dias de festa aqui [risos]".

O parlamentar fundamentou o pedido na Lei nº

13.979/2020, de autoria do próprio governo Bolsonaro, que trata das regras para isolamento e quarentena, em casos de pandemia em saúde pública, além da Portaria Ministerial nº 05/2020, editada nesta terça, que autoriza o uso da força policial para forçar indivíduos suspeitos de contaminação a ficar em isolamento ou quarentena.

"O fato de o Réu ser o Presidente da República, só torna mais grave o seu dever de cuidado para com a comunidade, do qual não é dado a ninguém se escusar, muito menos ao chefe do Poder Executivo, este sob cuja autoridade estão sendo emitidas as necessárias normas de contenção sanitária", diz

trecho da ação.

"Percebe-se que há um descumprimento de normas de segurança, sanitárias, administrativas e criminais pelo Presidente da República, o que não pode passar despercebido, tampouco esquecido, devendo este se adequar a todas as orientações médicas exaradas pelo Ministério da Saúde em prol da saúde coletiva de todo os cidadãos brasileiros", completa.

Ainda na entrevista, Bolsonaro se antecipou e jogou a responsabilidade pelos números pífios aos chefes dos Executivos estaduais. Segundo ele, as ações implantadas em vários estados, como a suspensão de determina-

das atividades, vão se traduzir nos índices da economia e prejudicar os trabalhadores informais, que não terão dinheiro para se alimentar corretamente e ficarão ainda mais expostos à covid-19.

"A economia estava indo bem, fizemos algumas reformas, os números bem demonstravam a taxa de juros lá embaixo, a confiança no Brasil, a questão de risco Brasil também, então estava indo bem. Esse vírus trouxe uma certa histeria e alguns governadores, no meu entender, eu posso até estar errado, estão tomando medidas que vão prejudicar e muito a nossa economia", disse o presidente.